



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

22/06/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. DECISÕES.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	5
3.2. DESEMBARGADOR.....	6 - 9
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	10 - 11
4.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADOR.....	13 - 14
5.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	15 - 17
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	18 - 19
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	20
7.2. ESMAM.....	21
7.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	22
7.4. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	23
7.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	24



Polícia prende acusado de participar do assassinato do delegado Stênio Mendonça

A Polícia Civil do Pará e do Maranhão, através da Superintendência de Investigações Criminais, efetuou na tarde de quarta-feira (20) a prisão de Máximo Moura Lima, que é acusado de ter participado do assassinato do delegado de Polícia Civil Stênio Mendonça. O caso aconteceu em 1997. A prisão foi realizada em Belém-PA, na Travessa Curuzú. Máximo é paraense, atualmente tem 54 anos de idade e era considerado foragido desde 2017. Ele será recambiado para o presídio em São Luís, onde ficará à disposição da Justiça e cumprindo pena de 29 anos e 9 meses de prisão determinada em 2013 pela 2ª Vara do Tribunal do Júri do Estado do Maranhão.

TSE determina novas eleições municipais em Bacabal

Relator do caso foi o ministro Luiz Fux e a decisão foi unânime no TSE, na noite dessa terça. A data do novo pleito ainda será divulgada



Reprodução/TV Mirante

ra (19). O relator do caso foi o ministro Luiz Fux e a decisão foi unânime. A data do novo pleito ainda será divulgada.

José Vieira Lins, mais conhecido como Zé Vieira (PP), foi eleito com 20.671 votos em 2016, mas já entrou na disputa eleitoral condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito em julgamento feito pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2016, antes da eleição. A decisão foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2017.

Em 2016, Zé Veiria foi eleito com 20.671 votos e o segundo colocado foi o deputado estadual Roberto Costa (MDB), com 18.330 votos.

Histórico de condenações - No dia 18 de outubro de 2017, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) condenou Zé Vieira por improbidade administrativa e dano ao erário público, sem direito a recur-

Zé Vieira foi afastado definitivamente do cargo de prefeito de Bacabal.

O município de Bacabal passará por novas eleições ainda este ano por determinação do Tribunal Superior Elei-

toral (TSE). A decisão de afastar definitivamente Zé Vieira (PP) do cargo de prefeito foi tomada na noite de terça-fei-

so. Essa foi primeira decisão do caso, que também suspendeu os direitos políticos de Zé Vieira por três anos.

Porém, no dia 31 de outubro de 2017 a desembargadora Cleonice Freire concedeu tutela cautelar favorável a Zé Vieira, mesmo com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entendimento da magistrada, a alternância administrativa causaria instabilidade política e social em Bacabal. Como a decisão de Cleonice era liminar, foi necessário passar pelo relator do caso, desembargador José Ribamar Castro. No dia 01/11, o desembargador derubou a liminar da desembargadora Cleonice Freire.

Contudo, no dia 03 de novembro de 2017 a desembargadora Nelma Sarney recolocou Zé Vieira no comando da prefeitura mais uma vez. Na decisão, ela afirma que o desembargador José

de Ribamar Castro não tinha competência para julgar a questão, de acordo com o regimento interno da corte.

No dia 10 de novembro, o vice-presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, determinou que deveria prevalecer a decisão do desembargador José Ribamar Castro.

Em 1º de dezembro, o desembargador Raimundo Melo determinou o retorno de José Vieira Lins à prefeitura da cidade, cassando os efeitos da decisão anterior.

No começo de 2018, no dia 5 de janeiro, a Câmara Municipal de Bacabal determinou o afastamento imediato de Zé Vieira. A decisão foi expedida pelo presidente da casa, Edvan Brandão de Farias. À época, o vice-prefeito de Bacabal, Florêncio Neto (PHS), quem assumiu. **(G1 MA)**

Judiciário do Pará autoriza transferência de Máximo Moura

Criminoso condenado pela morte de Stênio Mendonça foi preso em Belém na quarta-feira

O Poder Judiciário do Pará autorizou, ontem, a transferência do criminoso Máximo Moura Lima, 54 anos, para a capital maranhense, onde deve cumprir a pena de 29 anos e 9 meses em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pelo assassinato do delegado da Polícia Civil do Maranhão Stênio Mendonça, ocorrido na Avenida Litorânea no dia 25 de maio de 1997.

Máximo Moura foi preso na tarde de quarta-feira, 20, na área central de Belém, no Pará. Segundo a delegada Nilmar da Gama, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), declarou que, como o criminoso responde a outros processos nesse estado, somente poderia ser recambiando para o Maranhão com a liberação da justiça paraense. "Pedimos ao Poder Judiciário do Pará a autorização para trazer o criminoso para o Maranhão e o nosso pedido acabou deferido", disse a delegada.

Investigação

As investigações realizadas pela Polícia Civil sobre a morte do delegado Stênio Mendonça apontaram Máximo Moura como o proprietário e motorista de um dos veículos utilizados nesse crime. Ele teria acompanhado o outro acusado, Claudenil de Jesus Silva, o *Japonês*, que foi responsável por fazer o monitoramento dos outros envolvidos nesse assassinato.

Claudenil de Jesus já foi julgado e condenado pela participação nesse crime. Máximo Moura havia sido condenado no ano de 2013 a 29 anos e 9 meses de prisão por homicídio duplamente qualificado, mas a sua defesa conseguiu reverter essa decisão judicial. No ano passado, a situação se inverteu, e ele passou a ser considerado mais uma vez foragido do Poder Judiciário.

Habeas corpus

Também no fim do ano passado, o ministro Dias Toffoli, do Supremo

Divulgação



Máximo Moura cumprirá pena no Complexo de Pedrinhas

Tribunal Federal (STF), negou pedido de habeas corpus formulado pela defesa de Máximo Moura. A defesa buscava afastar o cumprimento da execução imediata da pena, imposta pelo TJ do Maranhão.

O ministro explicou que a superveniência de atos processuais no curso da ação penal, desde a concessão do habeas corpus, alterou de forma substancial as condições acerca do objeto original da impetração vigente à época. Esta situação, afirmou o relator, veda a análise da questão pelo STF de forma originária, sob pena de incorrer em grave violação às regras de competência constitucionalmente, cabendo, portanto, às instâncias próprias o enfrentamento do tema.

O ministro não verificou qualquer situação de constrangimento ilegal flagrante no caso, levando em consideração a jurisprudência do STF firmada a partir do julgamento. Dias Toffoli lembrou ainda que o Plenário Virtual reafirmou esse entendimento com status de repercussão geral. ●

Integra em oestadoma.com/447752

NA WEB

Foragido de Pedrinhas é recapturado em Codó

oestadoma.com/447751

**PERGENTINO
HOLANDA**

.....
ph@mirante.com.br
 @holandaph



O DESEMBARGADOR Ricardo Duailibe na moldura de dois jovens e competentes advogados, Gustavo Amorim e Bruno Duailibe, na solenidade em que foi condecorado, ontem, com a Medalha de Honra ao Mérito “Manuel Beckman”, pela Assembleia Legislativa do Estado

OTONLIMA

Foto/Reprodução



Des. Ricardo Duailibe, após receber a medalha "Manuel Beckman", a mais alta honraria do Legislativo Maranhense, entre a esposa, Virgínia, os filhos, Rogério e Cristiana, e o genro, Ricardo Costa; ontem, no Plenário Nagib Haickel

AGENDA CONCORRIDA PARA O PRESIDENTE DO TRE-MA

■ Os dois últimos dias vêm sendo movimentados além da média para o presidente do TRE-MA, Desembargador Ricardo Duailibe.

■ Ontem, os compromissos começaram pela manhã, quando lhe fora entregue a Medalha de Honra ao Mérito "Manuel Beckman" - a mais alta honraria do Legislativo Maranhense. Solicitada pelo deputado Rigo Teles, a homenagem foi conduzida pelo presidente da Assembleia, Othelino Neto. Ainda entre os parlamentares presentes, Roberto Costa, Rogério Cafeteira, Stenio Rezende e Luana Macedo, só para citar alguns. Além de familiares do homenageado, a solenidade foi prestigiada por nomes do empresariado como Parmênio Carvalho e Roberto Albuquerque.

■ À tarde, o presidente do TRE-MA abriu o Seminário de Direito Eleitoral, no Espaço Renascença. Realizado em parceria com a Associação dos Juizes Federais e a Universidade Ceuma, o evento está reunindo autoridades da Justiça Eleitoral para discutir reforma e crise políticas.

■ Hoje, o desembargador Ricardo Duailibe segue envolvido com a programação do evento, que começa a partir das 15h30 - em concordância com a manhã livre por conta da partida do Brasil na Copa.

■ Entre os painéis que o chefe da Corte Eleitoral deve acompanhar, está o que o ministro

maranhense do STJ, Reynaldo Soares da Fonseca, comanda ao lado do procurador da República José Jairo Gomes. Os dois, aliás, vão tratar do processo eleitoral e o novo CPC.

■ À noite, será a vez de Ricardo Duailibe assumir o papel de condecorador. Ele entrega a Medalha do Mérito Eleitoral "Ministro Arthur Colares Moreira" ao ministro Luiz Fux (STF).

■ Por falar em Fux, o presidente do TSE é aguardado para a conferência "Papel da Justiça Eleitoral para a manutenção da democracia", que encerra a programação do Seminário de Direito Eleitoral.

SENTA, LEVANTA

TSE DETERMINA NOVAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM BACABAL, NO MARANHÃO

O município de Bacabal, distante 195km de São Luís, passará por novas eleições ainda este ano por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão de afastar definitivamente Zé Vieira (PP) do cargo de prefeito foi tomada na noite dessa terça-feira (19). O relator do caso foi o ministro Luiz Fux e a decisão foi unânime. A data do novo pleito ainda será divulgada.

PÁGINA 3

TSE determina novas eleições municipais em Bacabal, no Maranhão

O município de Bacabal, distante 195km de São Luís, passará por novas eleições ainda este ano por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão de afastar definitivamente Zé Vieira (PP) do cargo de prefei-

to foi tomada na noite dessa terça-feira (19). O relator do caso foi o ministro Luiz Fux e a decisão foi unânime. A data do novo pleito ainda será divulgada.

José Vieira Lins, mais conhecido como Zé Vieira (PP),

foi eleito com 20.671 votos em 2016, mas já entrou na disputa eleitoral condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito em julgamento feito pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2016, antes da eleição. A

decisão foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2017.

Em 2016, Zé Vieira foi eleito com 20.671 votos e o segundo colocado foi o deputado estadual Roberto Costa (MDB), com 18.330 votos.

Histórico de condenações

No dia 18 de outubro de 2017, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) condenou Zé Vieira por improbidade administrativa e dano ao erário público, sem direito a recurso. Essa foi primeira decisão do caso, que também suspendeu os direitos políticos de Zé Vieira por três anos.

Porém, no dia 31 de outubro de 2017 a desembargadora Cleonice Freire concedeu tutela cautelar favorável a Zé Vieira, mesmo com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entendimento da magistrada, a alternância administrativa causaria instabilidade política e social em Bacabal. Como era uma decisão de

Cleonice era liminar, foi necessário passar pelo relator do caso, desembargador José Ribamar Castro. No dia 01/11, o desembargador derrubou a liminar da desembargadora Cleonice Freire.

Contudo, no dia 03 de novembro de 2017 a desembargadora Nelma Sarney recolocou Zé Vieira no comando da prefeitura mais uma vez. Na decisão, ela afirma que o desembargador José de Ribamar Castro não tinha competência para julgar a questão, de acordo com o regimento interno da corte.

No dia 10 de novembro, o vice-presidente em exercício do Tribunal de Justiça

do Maranhão, desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, determinou que deveria prevalecer a decisão do desembargador José Ribamar Castro.

Em 1º de dezembro, o desembargador Raimundo Melo determinou o retorno de José Vieira Lins à prefeitura da cidade, cassando os efeitos da decisão anterior.

No começo de 2018, no dia 5 de janeiro, a Câmara Municipal de Bacabal determinou o afastamento imediato de Zé Vieira. A decisão foi expedida pelo presidente da casa, Edvan Brandão de Farias. À época, o vice-prefeito de Bacabal, Florêncio Neto (PHS), quem assumiu.

Homem é preso dentro de cartório em Monção

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Monção, cumpriu um mandado de prisão contra Fernando Pereira, conhecido como “Pintado”.

Fernando foi preso no interior do cartório da cidade de Monção, no momento em que resolvia algumas pendências particulares.

Em desfavor de Fernando Pereira, há uma sentença condenatória definitiva, decretada pelo Poder Judiciário de Monção, de 5 anos e 2 meses de prisão em regime



Fernando Pereira foi preso por força de mandado judicial

semiaberto, por infração as normas dispostas no crime

de roubo majorado, fato ocorrido no ano de 2005.

HOMENAGEM

Medalha "Manuel Beckman" para Duailibe

A Assembleia Legislativa realizou, ontem (21), sessão solene para entrega da Medalha do Mérito Legislativo "Manuel Beckman" ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador Ricardo Duailibe. A iniciativa foi do deputado Rigo Teles (PV).

O presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, presidiu a solenidade e elogiou a iniciativa de Rigo Teles, afirmando ser uma justa homenagem ao desembargador Ricardo Duailibe, que tem uma longa lista de serviços prestados ao Judiciário do Maranhão.

“É uma justa homenagem que esta Casa faz ao desembargador Ricardo Duailibe, que, inclusive, terá a atribuição de comandar as eleições neste ano eleitoral. Certamente, da mesma forma equilibrada que ele conduz como servidor público, como desembargador, ele fará como presidente do TRE, fazendo com que o pleito no Maranhão aconteça dentro da normalidade, e que prevaleça a vontade de povo. É assim que nós esperamos”, acentuou.

Estiveram presentes também os deputados Rogério Cafeteira (DEM), Fábio Braga (SD), Valéria Macedo (PDT) e Roberto Costa (MDB); o desembargador Tyrone Silva; o secretário-chefe



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Ricardo Duailibe, durante a entrega da medalha

da Casa Civil, Rodrigo Lago; o procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Barros; o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; o presidente do TRE do Amazonas, João Simões; familiares e servidores do tribunal.

Pronunciamento

Em seu pronunciamento, Rigo Teles agradeceu a presença de todos e disse que Ricardo Duailibe é uma pessoa que tem relevantes serviços prestados ao Estado, como advogado, como membro da OAB-MA, como desembargador do Tribunal de Justiça e como presidente do TRE-MA.

“A Casa Legislativa do Mara-

nhão está sempre reconhecendo profissionais com trabalhos relevantes para a sociedade, como é o caso do desembargador, que já é maranhense e, por isso, merecedor da maior condecoração que a Assembleia pode conceder a um cidadão: a Medalha Manuel Beckman”, afirmou.

“Sem dúvida o desembargador Ricardo Duailibe é um dos nomes que dignificam a nossa Justiça, pela sua competência, equilíbrio e senso de justiça. Nada mais justo do que a Assembleia prestar essa homenagem ao cidadão tão ilustre como o dr. Ricardo”, afirmou o deputado Rogério Cafeteira.

“É uma honra estarmos, aqui, na Assembleia do Estado do Ma-

ranhão, para acompanhar essa grande homenagem ao desembargador Ricardo, uma pessoa conhecida pelos seus méritos e realizações. Um magistrado que honra e dignifica a toga brasileira”, disse o presidente do Tribunal Regional do Estado do Amazonas, João Simões.

O desembargador Ricardo Duailibe disse que ficou muito feliz com a homenagem. “É uma honra, para mim, receber essa medalha. É um reconhecimento de que estou fazendo um trabalho, que está no rumo certo. Estou muito honrado com a homenagem que a Assembleia Legislativa do meu Estado me presta hoje”, declarou o homenageado.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1 Por projeto do deputado Rigo Teles, o presidente do TRE-MA, desembargador Ricardo Dualibe, foi homenageado ontem pela Assembleia Legislativa com a medalha Mérito Legislativo Manoel Bequimão. O presidente da Casa, Othelino Neto, presidiu a sessão e destacou o papel daquela Corte no equilíbrio das eleições de 2018.

2 Já o deputado Rigo Teles destacou o longo currículo jurídico do homenageado, como marca de sua vida profissional. “É uma história de vida com dignidade e competência em favor das causas do Maranhão e da Justiça”, discursou. Também falou o secretário da Casa Civil do Governo, Rodrigo Lago, que representou Flávio Dino na solenidade.

Órgãos públicos, escolas, faculdades, tribunais, bancos e shoppings têm horário diferenciado

ESPORTES E VIDA

A cidade para

Jogo da Seleção Brasileira na Copa da Rússia em dia de semana altera a rotina da cidade. Órgãos públicos, escolas, faculdades, tribunais, bancos e shoppings têm horário diferenciado



PATRICIA CUNHA

O que você estará fazendo na hora do jogo da Seleção Brasileira, às 9h de hoje (sexta-feira)? Se você é daqueles que não estão nem aí para o jogo e precisam sair para resolver coisas nesse horário, saiba que alguns serviços terão horário de funcionamento alterado. Durante a realização da Copa do Mundo 2018, que acontece até o dia 15 de julho, órgãos públicos, bancos e shopping centers terão horário diferenciado quando o jogo acontecer durante dia útil. Pelo fuso horário, muitos jogos serão transmitidos pela manhã, mas alguns também começarão às 15 horas.

Hoje, dia em que a Seleção Brasileira entra em campo pela segunda vez nesta Copa, para jogar contra a Seleção da Costa Rica, às 9h, saiba como ficará a cidade. Mas, se você não tiver compromissos e for curtir o jogo na tranquilidade da sua residência, bom jogo. O próximo jogo do Brasil será na quarta-feira, dia 27, contra a Sérvia, às 15h.

Prefeitura de São Luís

O prefeito assinou decreto que disciplina o horário de funcionamento dos órgãos municipais para os dias de jogos da Seleção Brasileira na primeira fase da Copa do Mundo de Futebol 2018. Nos dias em que houver jogos do Brasil no período da tarde, o expediente na administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo municipal será em turno único, das 8h às 13h. Já nos dias em que a Seleção jogar pela manhã, será ponto facultativo.

Portanto, hoje será ponto facultativo. Fica preservado o funcionamento dos serviços essenciais como, por exemplo, saúde, limpeza pública, guarda municipal, fiscalização de trânsito e terminais de integração de passageiros.

Governo do Estado

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) informou que o expediente nas repartições públicas estaduais será das 13h às 19h. A medida será obedecida por todos os órgãos do Estado, sendo mantidos os serviços considerados de natureza essencial.

Agências bancárias

De acordo com a Circular 3.897, emitida pelo Banco Central, buscando “maior se-

gurança das agências, usuários e transporte de valores”, foram recomendadas algumas mudanças de expediente. Em dias de jogos marcados para as 9h, o atendimento ao público nas agências bancárias do interior, capital e regiões metropolitanas será das 13h às 17h. Já nos dias de jogos às 11h, o atendimento ao público nas agências do interior, da capital e regiões metropolitanas será feito das 8h30 às 10h30 e das 14h às 16h. Quando os jogos estiverem marcados para o horário das 15h, o atendimento ao público será realizado das 9h às 13h.

A recomendação da Febraban é que as agências devem afixar avisos com 48 horas de antecedência. Para o pagamento de contas, a entidade lembra que, além das agências, os bancos oferecem aos clientes opções como os caixas eletrônicos, internet banking, aplicativo do banco no celular e atendimento

Comércio

Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís, não há acordo entre o sindicato patronal e dos comerciantes em relação a fechamento de estabelecimentos comerciais nos dias de jogos da Seleção Brasileira. A data não é considerada feriado e nem ponto facultativo para o comércio. Por isso, o comércio em São Luís poderá funcionar normalmente, nos termos da Convenção Coletiva Vigente.



FOTOS: REPRODUÇÃO/INTERNET



JOGOS DO BRASIL

Primeira Fase

Brasil x Costa Rica
Dia 22 de junho, às 9h

Brasil x Sérvia
Dia 27 de junho, às 15h



Membros do Judiciário recebem Moção de Aplausos da Câmara Municipal pelo projeto "Mediar para Educar"

Na manhã de ontem (21), os juízes Ana Beatriz e Delvan Tavares e a advogada Milena Bonis receberam das mãos do vereador Fábio Hernandez (PSC) Moção de Aplausos relativa à conquista do "Prêmio Conciliar é Legal" de 2017, pelo Conselho Nacional de Justiça, através do projeto "Mediar para Educar", que promove mediações de conflitos escolares entre estudantes de Imperatriz. A primeira escola a receber o projeto foi a Casa do Estudante.

A juíza Ana Beatriz estendeu os agradecimentos ao Judiciário local e pelo apoio que a Câmara deu ao projeto. O objetivo principal foi o de mostrar aos alunos como aprender o exercício do diálogo e da tolerância, do respeito ao outro, e a Escola Casa do Estudante abraçou a ideia. "Nossa primeira conquista foi o prêmio 'Conciliar Legal', onde ficamos como o melhor projeto do estado e agora já o estamos implantando na escola municipal São Sebastião, que fica no bairro da Caema, e já está realizando esse projeto. Fico muito feliz por estar nesta casa ates-

tando que aqui é um local que cumpre seu papel de compromisso com o cidadão e contamos sempre com o apoio dos senhores nisso", informou.

A advogada Milena Bonis falou sobre a sua alegria em ter idealizado e junto com o Judiciário poder contribuir de alguma forma com a sociedade. Espera que Imperatriz possa aplicar a mediação escolar em todas as escolas da cidade para que assim se possa mudar o costume das pessoas, através das crianças que são o princípio de tudo.

O juiz Delvan Tavares falou do seu respeito e admiração pela Câmara, pois acompanha todos os temas discutidos e o interesse da Câmara em resolver os problemas da comunidade. Para ele, a Casa representa os pensamentos da cidade e que sempre persista esse debate, pois só através da divergência e do debate, independente do partido e ideologia, é que se extraem as melhores soluções. Informou que o projeto partiu da cabeça iluminada das doutoras Ana Beatriz e Milena Bonis, e que ele se considera um de-

fensor da infância, da adolescência e da juventude de Imperatriz, onde o segredo do progresso está em prestigiar e respeitar a infância brasileira, pois quando isso acontecer o país irá prosperar.

"A finalidade do projeto é disseminar que a ideia da conciliação comece pelas escolas, onde crianças ou adolescentes que tiverem algum conflito não sejam só penalizadas pelo diretor, mas que seja dada a oportunidade de conversarem. Assim uma briga ou discussão pode terminar num pedido de desculpas e isso irá contribuir com o grande desafio da educação do Brasil, que é diminuir o alto índice de violência. Por isso me envolvi e trabalhei fortemente para que o objetivo fosse aplicado. O resultado é esse que todos já tem conhecimento", disse.

Por fim, agradeceu a presença do Dr. Adolfo Pires (diretor do Fórum), autoridade que sempre apoia as iniciativas dos juízes da Comarca e tudo que vem a melhorar a cidade que ele tem imenso carinho e respeito. **(Sidney Rodrigues - ASSIMP)**

Fábio Barbosa



Os juizes Ana Beatriz e Delvan Tavares e a advogada Milena Bonis recebem Moção de Aplausos do vereador Fábio Hernandez, juntamente com alunos e diretoria da Casa do Estudante



Data Venia

Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO NA CONTRAMÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

No dia 05 de junho passado, no período da manhã, transcorreu uma audiência no Primeiro Juizado Especial Criminal, no Fórum Desembargador José Sarney no Calhau, nesta capital, com vistas à propositura de uma transação penal aos acusados Márcio e Manoel, pela possível prática de crime de lesões corporais leve.

Os advogados José Ayrton Santana, este da Seccional de São Paulo e Tufi Maluf Saad, OAB-MA 8411, diretor do SAMA, assistiam como patronos os jurisdicionados supra nominados.

Em determinado momento da audiência, a juíza Andrea Furtado Lago, tentava fazer o papel do Ministério Público, quando propôs às partes que aceitassem a transação penal, ato privativo daquele ministério.

Após a magistrada mandar o acusado Márcio, calar a boca, quando este pedia esclarecimentos sobre determinados fatos complexos que lhe pairavam dúvidas, houve a intervenção do Advogado Tufi Maluf, que pedia UMA "QUESTÃO DE ORDEM", para auxiliar seu cliente e até para saber sobre a ausência do representante do Ministério Público e outras questões concernentes ao processo.

A magistrada repetiu a conduta contra o advogado e lhe mandou também calar a boca. Neste interim o causídico se indignou pela forma como a juíza se referiu a ele e disse que ela não tinha autoridade para se manifestar daquela forma e mandar-lhe calar a boca.

No que ela mandou chamar policiais militares de serviço no fórum (que são dezenas, parecendo até quartel) e determinou que o advogado fosse retirado da sala de audiência. Pelo fato do mesmo haver resistido à ordem ilegal, a juíza ameaçou-lhe de prisão por desacato, tendo Dr. Tufi, também reagido e lhe dado voz de prisão por crime de abuso de autoridade.

O certo é que acabou ninguém sendo preso. O advogado Tufi saiu da sala por pressão da polícia militar e os seus clientes ficaram do lado de dentro somente com o Advogado Santana, sendo ele impedido de dar-lhes assistência jurídica sem justa causa.

Tendo em vista a omissão do poder judiciário em punir a juíza, no dia 07 de junho, o SAMA fez um protesto pacífico no interior do Fórum do Calhau e tentava distribuir cópia do manifesto. No que foi impedido por dezenas de policiais militares que usavam ternos azuis e outros uniformizados, que usavam armas de grosso calibre (pistola ponto quarenta) e crachás do TJMA no pescoço. Se diziam policiais mas não apresentavam a identificação militar. Tentavam intimidar os manifestantes.

No mesmo momento em que os policiais diziam que ali era proibido distribuir panfletos ou manifestos outras empresas que ficam posicionadas com seus stands fixos no térreo do fórum faziam o mesmo que os advogados foram proibidos de fazer.

Indagados sobre o ato que proibia distribuir panfletos os policiais "batiam cabeça" e não conseguiam explicar o porquê da proibição para uns e não para outros, até porque não conhecem de leis e não havia no Fórum do Calhau um juiz sequer que respondesse pelo setor administrativo para dialogar com os manifestantes. Houve na verdade naquela manhã uma intervenção militar decretada no fórum por alguém da cúpula judiciária.

A fuga dos administradores de toga do Calhau e a ação policial comandada por leigos contra a classe nobre de advogados que conhecem a lei, acabou irritando os policiais, gerando um pequeno confronto.

Eles proibiram que os advogados andassem livremente no fórum, inclusive no corredor que dá acesso ao Primeiro JECRIM sem nenhuma justificativa. Ato contínuo, um advogado que precisava tratar uma questão no 1º JECRIM

foi abruptamente impedido de chegar até lá, já que havia ultrapassado uma barreira sem nenhum conflito, fato que acabou gerando um empurra, empurra iniciado pela PM, quando o advogado Tufi acabou caindo ao solo.

Terminada a manifestação o TJMA emite nota no site oficial da instituição tentando mudar o foco de discussão. Ao invés de determinar a instauração de procedimento administrativo através da Coregedoria Geral de Justiça para apurar o que efetivamente ocorreu na sala de audiência do Primeiro JECRIM, preferiu tentar desqualificar o advogado Tufi, transformar a Juíza Andrea em vítima e abafar o caso como efetivamente ficou abafado.

O mais grave estava por vir. No dia 14 de junho, em nova publicação de nota no site oficial, o presidente José Joaquim assevera que o signatário e o advogado Tufi Maluf violaram a ética da advocacia nos incidentes ocorridos no TJMA. Parece risível mas é verdade.

Ora senhores leitores. No afã de dar uma desculpa para a sociedade e ao mesmo tempo proteger a sua colega de toga, o presidente do TJMA cometeu um erro grosseiro e inadmissível para quem ocupa um cargo da magnitude que ele ocupa: feriu de morte a Constituição Federal do nosso país. Abalrou os seculares e universais princípios da ampla defesa e do contraditório, deixou de inaugurar o devido processo legal para praticar os atos processuais consignados nas normas e ritos pertinentes e, juntamente com a Associação de Magistrados (que não tem nenhuma poder institucional) passou a lançar materiais pagas em jornais, blogs e no site oficial do Estado, para tentar inquietar, desqualificar, intimidar e atentar contra a liberdade de expressão e manifestação do sindicato dos advogados, dizendo inclusive não reconhecê-lo porque não tinha registro no MTPS, como se isso fosse desculpa para extinguir a punibilidade da juíza em tese infratora.

O que mais estareceu este signatário e demais diretores do SAMA foi ver vários magistrados e a AMMA, fazendo uma solenidade no interior do Fórum do Calhau, no mesmo lugar em que a polícia reprimiu o movimento dos advogados, em solidariedade a uma juíza em tese infratora, inclusive recebendo flores.

Mas contra fato não há argumento. O SAMA colocou nas redes sociais os depoimentos ao vivo de três homens corajosos: os vigilantes Márcio e Manoel e o Advogado Santana. Eles contam o que aconteceu de fato no dia 05 na sala de audiências. Nunca foram ouvidos por ninguém, muito menos pelo TJMA. E contrariam o que disse o presidente do TJ que isentou, absolveu sumariamente a juíza do Primeiro JECRIM, sem justificar processualmente a sua ação. Ademais existe um vídeo que a própria juíza confessa a violação.

Diante de todos esses acontecimentos que envolveram o SAMA e o TJMA, fartamente noticiados pela mídia em geral e que indignou setores conservadores do Poder Judiciário local, incluindo o Presidente do TJMA José Joaquim Figueiredo, que defendeu a repressão militar imposta na Casa da Justiça contra advogados e diretores do Sindicato dos Advogados que repudiavam ato grave de violação às prerrogativas do causídico e o abafa das investigações para evitar possível punição à magistrada infratora, fomos investigar na rede social movimentos nacionais de advogados em seus locais de trabalho.

Ato contínuo destacamos a OAB-RJ que protestou em 20/03/2018, contra o sistema automatizado de solução de conflitos no prédio do TJRJ. Em 07/06/17, a OAB de Governador Valadares organizou protesto contra suspensão de ações contra a Samarco. O objetivo era que o Tribunal de Justiça levasse em consideração as diferenças de prejuízos causados na cidade em comparação a outros locais atingidos pelos rejeitos de minério da Samarco.

O presidente da subseção de Bertiooga/SP da OAB, Sidmar Euzébio de Oliveira, em 18 de maio de 2018, fez um protesto em face do TJSP que editou portaria isentando de passarem pelo detector de metal os magistrados e os servidores.

Advogados e defensores públicos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção Ceará instalaram, (16/05/12), no prédio do TJCE, 400 cruzeiros em protesto às condições do Judiciário cearense.

Não houve repressão policial em nenhum desses movimentos. Nenhum presidente de tribunal ofendeu os manifestantes ou se escondeu das entidades dos advogados. E isto é uma prova que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO ANDA NA CONTRAMÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.

Mozart Baldez – Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA

Kátia Persovisan
katiaps@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Entre Nós

- A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) receberá nos dias 25 e 26 de junho o casal de juristas Miguel Reale Júnior – ex-ministro da Justiça, professor da Universidade de São Paulo (USP) - e Judith Martins-Costa - professora - doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reale Júnior foi convidado pela escola judicial para ministrar a palestra “Novos Rumos do Sistema Penal”, no dia 25 de junho, às 10 horas, no Auditório Madalena Serejo, no Fórum de São Luís (Calhau). O evento terá transmissão ao vivo pela RADIOWEB Justiça do Maranhão.

Informe JP

Miudinhas

- O Poder Judiciário do Maranhão decretou ponto facultativo no Tribunal de Justiça, Corregedoria e Fóruns da Capital e do Interior, nesta sexta-feira (22), data em que acontece o segundo jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo 2018.

Rapidinhas

- O Meio Ambiente será o tema do programa "Justiça Cidadã", uma parceria do Judiciário maranhense com a TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17), no sábado (23), ao meio-dia.
- A edição vai tratar dos cuidados necessários para preservação dos recursos naturais no Maranhão, Estado com segunda maior extensão de litoral do Brasil e com diversificada vegetação.

Servidores do TJMA recebem salário hoje

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, realiza hoje (22) pagamento dos salários do mês de junho dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Os recursos estarão disponíveis nas contas pela manhã. "Na nossa gestão procuramos valorizar nossos servidores, mostrando o nível de comprometimento do Poder Judiciário com a sua valorização profissional", ressaltou o presidente do TJMA.